

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 319, DE 2020

Susta parcialmente os efeitos da Resolução nº 789, de 18 de junho de 2020, do Conselho Nacional de Trânsito, que consolida normas sobre o processo de formação de condutores de veículos automotores e elétricos.

Autor: Deputado RAFAEL MOTTA

Relator: Deputado NETO CARLETTO

I - RELATÓRIO

O projeto de decreto legislativo em análise pretende sustar parcialmente a Resolução do Conselho Nacional de Trânsito nº 789/2020. O dispositivo que se pretende sustar (Anexo I – Categoria B) prevê que os condutores habilitados na Categoria B estão aptos a dirigir “Combinações de veículos automotores e elétricos em que a unidade tratora se enquadre na categoria B, com unidade acoplada, reboque, semirreboque, trailer ou articulada, desde que a soma das duas unidades não exceda o peso bruto total de 3.500 kg e cuja lotação total não exceda a oito lugares, excluído o do motorista.

Justifica o Autor, que a “Resolução reduz a abrangência dos documentos de habilitação ao definir que os veículos que se enquadrem na categoria B, acompanhados de unidade acoplada (reboque, semirreboque, trailer ou articulada) deverão somar o peso bruto total máximo de 3.500 kg. Anteriormente, o valor de 3.500 kg era estabelecido apenas para o peso bruto total do veículo rebocador, sendo desconsiderada a soma com a unidade acoplada quando o valor era menor que 6.000 kg”. Afirmo que tal mudança



estaria causando problemas para a segurança do trânsito, na medida em que proprietários de trailers e reboques que possuem veículos tracionadores mais pesados são estimulados a buscarem veículos de tração mais leves, para se enquadrarem às novas normas. No entanto, afirma o Autor, quanto mais pesado for o veículo rebocador em relação à unidade acoplada, mais segurança é agregada ao conjunto. Alega, ainda, que o dispositivo traz prejuízos à economia e ao setor de turismo, ao criar barreiras à utilização de trailers e reboques nas viagens rodoviárias.

O projeto foi distribuído às Comissões de Viação e Transportes e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Na Comissão de Viação e Transportes, em 31/05/2022, foi apresentado o parecer do Relator, Dep. Gonzaga Patriota, pela aprovação, porém não apreciado.

Após a análise pelas Comissões, a proposição será objeto de apreciação pelo Plenário e seu regime de tramitação é ordinário, conforme o art. 24, inciso I, e art. 151, inciso III, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

No prazo regimental, o projeto não recebeu emendas nesta Comissão.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O projeto de decreto legislativo em análise, de autoria do Deputado Rafael Mota, pretende sustar um dos itens da Categoria B do Anexo I da Resolução do Conselho Nacional de Trânsito nº 789/2020, o qual prevê que os condutores habilitados na Categoria B estão aptos a dirigir combinações de veículos, desde que a soma de peso da unidade tratora e da unidade acoplada não exceda o peso bruto total de 3.500 kg e cuja lotação total não exceda a oito lugares, excluído o do motorista.



De fato, a mudança trazida pela Resolução tem potencial para causar problemas para a segurança do trânsito, já que leva os proprietários de trailers e reboques a buscarem veículos tracionadores mais leves, para se enquadrarem às novas normas. Entretanto, veículos de tração mais pesados tendem a aportar maior segurança ao conjunto formado pelo veículo tracionador mais unidade acoplada. Portanto, no mérito, entendemos que tem razão o Autor da proposta em análise.

O problema, contudo, já foi resolvido com a aprovação da Lei nº 14.440/2022, que, entre outras disposições, introduz o § 4º no art. 126 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB). O dispositivo incluído prevê que:

“Respeitada a capacidade máxima de tração da unidade tratora, os condutores das categorias B, C e D podem conduzir combinação de veículos cuja unidade tratora se enquadre na respectiva categoria de habilitação e cuja unidade acoplada, reboque, semirreboque, trailer ou articulada tenha menos de 6.000 kg (seis mil quilogramas) de peso bruto total, e cuja lotação não exceda a 8 (oito) lugares.”

Diante da alteração promovida no CTB, permitindo que os condutores da categoria B possam dirigir veículos com unidade acoplada de até 6.000kg, entendemos que o projeto de decreto legislativo perdeu a oportunidade, já que o problema combatido pela referida proposição foi sanado com a edição da Lei nº 14.440/2022.

Assim, no que cabe a esta Comissão regimentalmente analisar, votamos pela REJEIÇÃO do Projeto de Decreto Legislativo nº 319, de 2020.

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputado NETO CARLETTO
Relator

2024-15632

